

ASSUNTO: Regimento do Conselho Técnico-Científico

De acordo e nos termos da alínea b), do N° 1, do artigo 10º dos Estatutos da ESMAE, publicados no Diário da República N° 172, 2ª série, de 06 de setembro de 2017, APROVO e HOMOLOGO o Regimento do Conselho Técnico-Científico da ESMAE, conforme documento aprovado em reunião do respetivo Órgão realizada em 14 de março de 2018.

É revogado o Despacho N° 31/2015, de 29 de setembro.

Porto e ESMAE, 08 de maio de 2018

O Presidente da ESMAE



(Prof. António Augusto Aguiar)

ESMAE
ESCOLA
SUPERIOR
DE MÚSICA
E ARTES
DO ESPETÁCULO
POLITÉCNICO
DO PORTO

R

Honorable,

António Augusto Aguiar
8/5/2018

António Augusto Aguiar
Presidente
ESMAE

Regimento Conselho Técnico- Científico da ESMAE

REGIMENTO DO CONSELHO TÉCNICO-CIENTÍFICO

da Escola Superior de Música e Artes do Espetáculo do Instituto Politécnico do Porto

Artigo 1º

Competências, Composição e duração do mandato

1. O Conselho Técnico-Científico tem as competências previstas na Lei e nos Estatutos do Instituto Politécnico do Porto.
2. O Conselho Técnico-Científico é constituído por 14 membros, 12 dos quais eleitos nos termos da Lei nº 62/2007, de 10 de setembro, um representante das unidades de investigação sediado na Escola Superior de Música e Artes do Espetáculo e o Presidente da Escola por inerência.
3. A duração do mandato do Conselho Técnico-Científico é de dois anos.

Artigo 2º

Eleição

O processo de eleição dos membros do Conselho Técnico-Científico e do seu Presidente constam dos artigos 16º e 17º dos Estatutos da ESMAE.

Artigo 3º

Competência

1. Compete ao Conselho Técnico-Científico, de acordo com as disposições legais em vigor:
 - a) Elaborar e aprovar o seu regimento;
 - b) Apreçar o plano de atividades científicas e de ensino da ESMAE;
 - c) Pronunciar-se sobre a criação, transformação, cisão, fusão ou extinção de Escolas do IPP;
 - d) Deliberar sobre a distribuição de serviço docente, a homologar pelo Presidente da ESMAE;
 - e) Pronunciar-se sobre a criação, suspensão ou extinção de ciclos de estudos;
 - f) Aprovar os planos de estudos;
 - g) Homologar os programas das unidades curriculares, em plenário ou por intermédio do Presidente do CTC;
 - h) Aprovar os regimes de transição entre planos de estudos, ouvido o Conselho Pedagógico, a homologar pelo Presidente da ESMAE;
 - i) Aprovar os regimes de precedências;
 - j) Deliberar sobre equivalências e reconhecimento de graus, diplomas, cursos e componentes de cursos e sobre a creditação de competências adquiridas;
 - k) Propor ou pronunciar-se sobre a concessão de títulos ou distinções honoríficas;

- l) Propor ou pronunciar-se sobre a instituição de prémios escolares;
 - m) Propor ou pronunciar-se sobre a realização de acordos e parcerias internacionais;
 - n) Propor a composição de júris de provas e de concursos académicos;
 - o) Praticar os outros atos previstos na lei relativos à carreira docente e de investigação e ao recrutamento de pessoal docente e de investigação;
 - p) Aprovar as normas e os regulamentos internos aplicáveis ao recrutamento, promoção e renovação de contratos do pessoal docente, tendo em atenção as normas legais em vigor e os critérios gerais definidos para o IPP, quando existam;
 - q) Apresentar propostas e dar parecer, quando solicitado, sobre a aquisição de equipamento científico e bibliográfico;
 - r) Exercer as demais funções que lhe sejam atribuídas pela lei.
2. Os membros do Conselho Técnico-Científico não podem pronunciar-se sobre assuntos referentes a:
- a) Atos relacionados com a carreira de docentes com categoria superior à sua;
 - b) Concursos ou provas em relação aos quais reúnam as condições para serem opositores.

Artigo 4º Funcionamento

1. O Conselho Técnico-Científico reúne ordinariamente quatro vezes por ano e extraordinariamente por iniciativa do seu Presidente ou mediante solicitação de pelo menos um terço dos seus membros ou do Presidente da ESMAE.
2. As reuniões ordinárias do Conselho Técnico-Científico realizam-se nos dias e horas fixados pelo próprio Conselho ou pelo Presidente, devendo ser marcadas com a antecedência mínima de 10 dias úteis.
3. As reuniões extraordinárias são convocadas pelo Presidente, com a antecedência mínima de 48 horas, devendo realizar-se nos 10 dias úteis subsequentes quando em resultado das solicitações prevista no nº 2 do presente artigo.
4. Sempre que se justifique, o Conselho Técnico-Científico pode constituir Subcomissões Científicas.

Artigo 5º Competências do Presidente

São competências do Presidente do Conselho Técnico-Científico:

- a) Representar o Conselho;
- b) Convocar as reuniões e estabelecer a respetiva ordem de trabalhos;
- c) Dirigir as reuniões;

- d) Assegurar a elaboração das atas e respetiva divulgação.
- e) Verificar se as deliberações tomadas nas Subcomissões Científicas respeitam os princípios e quadros orientadores definidos pelo plenário;
- f) Dar conhecimento das deliberações tomadas, a fim de que lhes seja dado cumprimento;
- g) Aceitar ou recusar a justificação de faltas;
- h) E todas as outras competências que o Conselho Técnico-Científico entenda delegar.

Artigo 6º **Vice-Presidente**

1. O Presidente eleito designa, logo após a sua eleição, o Vice-Presidente de entre os membros do conselho, podendo substituí-lo a todo o tempo.
2. O Vice-Presidente desempenha as funções que o presidente lhe delegar, substituindo-o nas suas faltas ou impedimentos.
3. Em caso de vacatura, renúncia ou impedimento permanente do Presidente, o Vice-Presidente deve convocar uma reunião extraordinária do conselho para eleger um novo Presidente, no prazo máximo de 10 dias úteis.

Artigo 7º **Subcomissões Científicas**

1. As Subcomissões Científicas têm, em princípio, carácter interdepartamental, e promovem a reflexão em torno de questões concretas e relevantes para a Escola.
2. Integram uma Subcomissão Científica os membros do Conselho Técnico-Científico para tal designados.
3. Poderão ainda integrá-la outros docentes ou personalidades.
4. As funções de uma Subcomissão Científica, a duração do seu mandato e a natureza das suas decisões serão definidas no âmbito da deliberação que determina a sua constituição.
5. O Presidente do Conselho Técnico-Científico poderá participar nas reuniões das Subcomissões Científicas sempre que julgar oportuno.

Artigo 8º **Substituição**

1. Os membros do Conselho Técnico-Científico podem requerer ao Presidente do órgão, por motivo relevante, a sua substituição temporária ou definitiva.
2. Por motivo relevante, entende-se, nomeadamente:
 - a) Doença;

- b) Atividade profissional inadiável, nomeadamente preparação de mestrados, doutoramentos ou provas públicas;
 - c) Exercício de funções públicas para que haja sido eleito ou nomeado pelos órgãos do Estado.
3. O substituto pertencerá à mesma lista do substituído e será o que nela se encontrar imediatamente a seguir aos que se encontrem no exercício.

Artigo 9º Casos omissos e dúvidas de interpretação

1. Os casos omissos regulam-se pelo disposto no Código do Procedimento Administrativo.
2. As dúvidas de interpretação serão decididas pelo Conselho Técnico-Científico ou, em caso de urgência, pelo seu Presidente, sendo submetidas a ratificação da primeira reunião subsequente do órgão.

Artigo 10º Revisão do Regimento

A revisão do presente Regimento poderá ser realizada a todo o tempo, tendo que ser aprovada por maioria absoluta dos membros do conselho.

O presente Regimento foi aprovado na reunião do Conselho Técnico-Científico nº 456 realizada em 2018-03-14 e entra em vigor imediatamente após a sua ratificação pelo Presidente da ESMAE.